

BOAS PRÁTICAS



BRISPE

Mais vozes no debate

Quarta edição de encontro sobre integridade científica mostra que a discussão se amplia no Brasil

Cerca de 250 pessoas, entre estudantes, pesquisadores e gestores, participaram em Goiânia nos dias 17 e 18 de novembro do 4º Brispe (Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics), principal encontro sobre integridade científica do país. O evento, realizado no *campus* da Universidade Federal de Goiás (UFG), discutiu o papel de professores, editoras científicas e agências de fomento na promoção de uma cultura de integridade em universidades e instituições de pesquisa. Segundo Sonia Vasconcelos, professora do Programa de Educação, Gestão e Difusão em Biociências do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente do comitê organizador do evento, o tema reflete um dos

grandes desafios para consolidar no país noções sobre conduta responsável na pesquisa: “É preciso fortalecer a confiança e a transparência na relação entre orientadores e alunos, autores e revisores, e pesquisadores e financiadores. As percepções sobre a conduta responsável na pesquisa nessas relações nem sempre são compartilhadas”.

O 1º e o 2º Brispe, realizados respectivamente em 2010 e 2012, tiveram como foco a promoção de boas práticas relacionadas à conduta de pesquisadores e à produção científica. Já a 3ª edição, sediada na FAPESP em 2014, abordou o papel das instituições em promover uma cultura de integridade (*ver Pesquisa FAPESP nº 223*). “Nos primeiros eventos, muitos participantes tomavam contato pela primeira vez com o tema. Agora, o conhecimento é maior e as

Ariadne Furnival, professora da Universidade Federal de São Carlos, faz uma apresentação sobre licenças livres em periódicos científicos

discussões se sofisticam”, avalia Edson Watanabe, diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe) da UFRJ, que também presidiu a organização do evento. “Problemas relacionados à ética e à integridade estão sendo considerados quase ‘crimes’ e suas consequências são graves. Muita gente quer entender o problema para saber como se portar corretamente.”

Segundo os organizadores, em boa parte dos países há sinais de que a mobilização para estimular a integridade científica se dissemina por diversas áreas do conhecimento. “No Brasil, vimos isso refletido nas plenárias e nas sessões”, informa Sonia. “As questões não se concentravam em pesquisadores das áreas de saúde e biomédica, em que boa parte dessa discussão se iniciou, mas também vinham de vozes das ciências biológicas, humanas, sociais aplicadas e das engenharias.”

A candidatura da UFG para sediar o 4º Brispe foi vista como uma evidência de que a preocupação se espalha por outros lugares do país. Sheila Teles, coordenadora de pesquisa da universidade e presidente do comitê local do Brispe, conta que a instituição decidiu criar um grupo para formular e executar políticas de integridade científica ao conhecer a experiência pioneira da UFRJ e de sua Câmara Técnica de Ética em Pesquisa. “Tomamos contato com essa experiência no Brispe de 2014, em São Paulo”, diz Sheila. “Para a nossa universidade, sediar o 4º Brispe foi uma chance de discutir problemas reais, que muitas vezes ficam escondidos na experiência pessoal de cada um.”

Um tema inovador foi o elo entre integridade científica e criatividade na produção do conhecimento. Os trabalhos que conquistaram o primeiro e o segundo lugar no concurso de pôsteres do Brispe abordam esse assunto. A bióloga Christiane Coelho Santos, professora de biologia do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, venceu o concurso com a apresentação de uma pesquisa sobre percepções de plágio entre alunos e professores do ensino médio, realizada



Participantes do Brispe no campus da Universidade Federal de Goiás (acima) puderam apresentar trabalhos numa sessão de pôsteres (à dir.)



para a tese de doutorado que defenderá em 2017 na UFRJ.

Uma amostra de 419 alunos e 42 professores de ensino médio do Colégio Pedro II participou da pesquisa sobre plágio e, posteriormente, de grupos de discussão sobre o assunto. “Todos concordaram que roubar uma ideia ou copiar um texto sem dar crédito é plágio. Mas surgiram discordâncias, por exemplo, em relação a uma prática comum em trabalhos escolares: copiar literalmente trechos inteiros de textos encontrados na internet, dando apenas um crédito tímido à origem da informação. Para muitos professores, é plágio. Já para os alunos, não é”, diz Christiane. Esse achado, segundo a pesquisadora, coloca uma questão incômoda para as escolas: a forma de ensinar e de avaliar o aprendizado favorece a criatividade dos estudantes ou estimula a imitação e a reprodução? “A maioria dos professores concorda

que o ensino no Brasil não estimula a criatividade. Se essa é a realidade no ensino médio, como querer que o estudante se torne criativo quando chega à graduação?” A pesquisa de Christiane será ampliada para outros dois colégios do Rio.

O outro pôster premiado, de autoria de Rosemeire Amaral, aluna de mestrado da UFRJ e professora de ciências da rede pública municipal de Búzios, envolve a produção de um *Livreto sobre o plágio na escola*. Esse livreto foi idealizado a partir de oficinas realizadas com 38 professores de ciências, biologia, matemática, física, química e língua portuguesa, organizadas pela mestranda. Quando ficar pronto, o material será distribuído em escolas de municípios vizinhos. Rosemeire impressionou-se com as reflexões feitas pelos docentes nas oficinas. “Eles perceberam que o plágio está mais arraigado na escola do que imaginavam e muitos se dispuseram a mudar suas práticas na abordagem do problema.”

Os limites da denúncia anônima

Em um processo judicial que contrapõe alegações de abuso da liberdade de expressão ao uso de mecanismos de autocorreção da ciência, uma corte dos Estados Unidos está avaliando até que ponto acusações de má conduta contra pesquisadores podem ser feitas de forma anônima. De um lado da briga está Fazlul Sarkar, pesquisador da área de oncologia que trabalhou até recentemente na Wayne State University, em Detroit, Michigan. Do lado oposto, está o site PubPeer, dedicado a um tipo de avaliação por pares realizada após a publicação de um artigo científico: nele, os usuários podem publicar comentários sobre *papers* e apontar eventuais falhas, sem precisar revelar a identidade. Sarkar processou o PubPeer em 2014. Ele exige que o site revele a identidade de usuários anônimos que, segundo diz, insinuaram que ele usou imagens fraudulentas em artigos científicos. O oncologista também acusa os detratores de reiterar as acusações em e-mails anônimos endereçados à Universidade do Mississippi, o que abortou sua transferência para a instituição.

A União Americana pelas Liberdades Cívicas saiu em defesa do PubPeer. Alex Abdo, advogado da entidade, disse à revista *The Economist* que o anonimato nos comentários é protegido pela constituição norte-americana, a não ser que as alegações sejam falsas. Uma análise feita pelo especialista John Krueger indicou que duas imagens publicadas no artigo comentado no PubPeer realmente têm problemas. Sarkar afirma no *paper* que elas representam dois experimentos diferentes quando, na verdade, são a mesma imagem. Em março de 2015, um juiz de Michigan concordou que o PubPeer não precisa revelar a identidade de usuários que avaliaram o artigo de Sarkar, com exceção de um deles, que admitiu no comentário ter

enviado um e-mail à Wayne State University alertando para o problema. Sabe-se que a universidade recebeu denúncias sobre Sarkar remetidas por uma certa Clare Francis, um pseudônimo que frequenta a caixa de entrada do e-mail de editores de várias revistas científicas. O personagem é responsável por apontar inúmeras suspeitas de fraude, falsificação ou plágio em artigos científicos (ver Pesquisa FAPESP nº 216).

O PubPeer recorreu da decisão do juiz de revelar a identidade do usuário. Em janeiro, recebeu o apoio de instituições de peso, como o Google e o Twitter, e de pesquisadores respeitados, como Harold Varmus, vencedor do Nobel de Medicina de 1989, e Bruce Alberts, ex-presidente da Academia Nacional de Ciências. O caso ainda está em análise, mas em outubro a revista de divulgação científica *The Scientist* publicou os resultados de uma investigação feita em 2015 por um painel da Wayne State University segundo a qual Sarkar se engajou em práticas de “fabricação, falsificação e plágio”.



ILUSTRAÇÃO AUGUSTO ZAMBONATO

O resultado do painel já levou à retratação de 18 artigos de Sarkar. Ele afirma que erros cometidos em alguns artigos não abalam a solidez dos mais de 500 *papers* que publicou. Apesar dos protestos dos advogados do oncologista, a Justiça de Michigan permitiu que o PubPeer, mesmo vencido o prazo para apresentação de provas, anexasse a reportagem do *The Scientist* a sua defesa.

Incongruências estatísticas

Métodos estatísticos podem ser úteis para auxiliar investigações de má conduta científica, mostrou um estudo de Mark Bolland, professor da Escola de Medicina da Universidade de Auckland, na Nova Zelândia, publicado na revista *Neurology*. Ele analisou 33 estudos clínicos de terapias para doenças ósseas realizados por um grupo liderado pelo médico Yoshihiro Sato, do Hospital Mitate, em Tagawa, no Japão. Encontrou várias incongruências. As características dos grupos de pessoas escolhidas para participar dos ensaios eram muito parecidas, algo difícil de acontecer ao acaso.

Os estudos tiveram resultados impressionantes, com uma redução de 78% no risco de os pacientes sofrerem fraturas de quadril em relação ao grupo de controle. Trabalhos de outros grupos apontaram resultados mais tímidos, com redução de risco de fratura entre 0% e 40%. A escolha dos estudos de Sato como alvo não foi ocasional. Em junho, três artigos de autoria do japonês foram retratados pela própria revista *Neurology*. Sato admitiu ter fabricado dados nos *papers*, que avaliaram tratamentos para reduzir fraturas em pacientes que tiveram derrames ou sofrem de doença de Parkinson.